

ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA
REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2026 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Pauta: 1) Constituição da comissão Eleitoral; 2) Aprovação Ata de Fevereiro; 3) Apresentação dos encaminhamentos da última reunião Ordinária.

Participantes Governo: Josué Durval (SMDHC); Myllena Candido Lacerda (SMDHC); Gildo José dos Santos (SMDHC); Maria Regina Lima (SMDHC); Silvana Ferreira Gomes (SMS); Thiago Fijos de Souza (SME); Mary Luciana da Cunha (SMADS); Luciana A. Dantas (SEHAB); Érico Casagrande (SMSUB); Thiago Fijos de Souza (SME)

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu; André Aio.

Participantes Organização Social: Darcy Costa (CISARTE); Beatriz Clemente (FÓRUM DA CIDADE); Mabel Andrade Garcia (AEB); Sheila Marcolino (CENTRO GASPAR GARCIA).

Convidado: Daniela Santiago (SMDHC); Cristiane Leonora (SMADS/CPAS); Rosane Durval (SMS); José França; Maria Thuane Lasso, Castor Guerra.

Às **15h:00min** (em primeira chamada) do dia **04** do mês de **março** do ano de **2026**, no endereço da **Câmara Municipal de São Paulo**, com quórum verificado de conselheiros titulares e suplentes, alcançando o quórum mínimo estabelecido em Regimento Interno. Reuniram-se os Srs.(as) **André Aio, Gisele Abreu, Mabel Andrade (AEB), Sheila Marcolino (Centro Gaspar Garcia), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Darci Costa (Cisarte)**, além de representantes das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Saúde (SMS), Secretaria de Habitação (SEHAB), a fim de discutirem a pauta do dia. O Sr. **Josué** (designado pela SMDHC) presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela equipe técnica de apoio, que realizou a leitura da pauta.

Informes e Processo da Reunião: A reunião iniciou-se com a verificação de quórum e a apresentação da nova coordenação, onde foi informado que o Sr.

José assumiu a presidência da sessão conforme designação publicada em 26 de fevereiro. Foi comunicada a presença da SMADS através de Mary Luciana.

De forma corrida, a reunião prosseguiu com a **aprovação da ata do mês de fevereiro**, que foi colocada em votação pela mesa e aprovada sem oposições, apesar de questionamentos pontuais sobre a participação de "conselheiros amigos". Em seguida, deliberou-se sobre a composição da **Comissão Eleitoral** para o biênio 2026-2028, sendo indicados e aprovados os nomes de Castor José Guerra, Cleisson Ramos, Edivaldo Gonçalves de Souza, Lu Molino e Maria Thuane Duran Lasso; os membros do poder público serão definidos posteriormente para fechar o grupo de no mínimo quatro pessoas.

Abriu-se o momento de falas abertas.

José França solicitou a atenção da representante da **SMADS**, manifestando-se sobre a nota publicada pela referida Secretaria a respeito da criação de um **Grupo de Trabalho (GT)** destinado a monitorar e fiscalizar os serviços da assistência social. Declarou não ter conhecimento se a representante presente faz parte desse grupo, mas registrou formalmente o pedido para que a **Coordenação do Comitê PopRua** convide os integrantes deste GT para participarem de uma reunião futura. Segundo França, essa participação é essencial para que o colegiado e o público entendam, de fato, qual é o papel e as atribuições desse Grupo de Trabalho. Em resposta, a representante da SMADS, **Mary**, solicitou a identificação do documento citado. José França informou tratar-se da: **Instrução Normativa nº 1 / SMADS / 2026.**

Castor Guerra - Inicia sua fala expressando gratidão pelo reconhecimento de seu nome e pela oportunidade de estar à mesa, ressaltando a importância do respeito mútuo. Em tom crítico, manifesta profunda preocupação com a situação social do país, dirigindo-se simbolicamente a autoridades nacionais e internacionais para cobrar soluções para a pobreza. O conselheiro foca sua denúncia na situação das calçadas de São Paulo, afirmando que seu compromisso é com o "brasileiro que está na calçada", incluindo crianças e idosos. Critica severamente a falta de acessibilidade e de suporte para cadeirantes na rede de acolhimento, relatando que muitos são impedidos de acessar hotéis ou serviços sob a alegação de falta de cuidadores ou elevadores adequados. Finaliza exigindo que governantes "se virem" para providenciar moradia digna, pontuando que albergues não resolvem o problema habitacional e reiterando que sua atuação é baseada em décadas de conhecimento da realidade das ruas.

Gisele Abreu - A conselheira inicia sua fala reafirmando sua legitimidade no cargo, destacando que foi eleita por voto e mérito próprio. Em tom de defesa, menciona que tem sido alvo de perseguições e ataques pessoais, mas ressalta seu compromisso histórico com o Comitê Pop Rua, afirmando nunca ter faltado às sessões nos últimos dois anos. Como evidência de seu trabalho, cita ter

recebido o Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo. No âmbito das pautas habitacionais, a conselheira cobra atualizações sobre o cadastro das famílias no projeto "Pode Entrar" (SEAB), mencionando que as demandas foram encaminhadas à secretária competente e aguardam solução. Defende que os residentes da Vila Reencontro deveriam ser encaminhados para habitações definitivas e critica o que chama de "sucateamento da assistência social". Por fim, alerta sobre o destino do prédio da Rua 7 de Abril, defendendo que ele deve ser destinado especificamente à população em situação de rua, e solicita fiscalização rigorosa sobre a ocupação de vagas nos serviços de acolhimento.

Maria Thuane Duran Lasso – A conselheira Amiga inicia sua intervenção parabenizando a condução de Josué, embora classifique a plenária como "decadente" devido à falta de resoluções efetivas para quem vive na rua, citando especificamente a negligência com mães, crianças e mulheres trans. Presta uma homenagem ao conselheiro Castor Guerra, reconhecendo sua trajetória histórica nos Direitos Humanos e afirmando que sua indicação à mesa é um ato de justiça à sua atuação. No campo das políticas públicas, Maria Thuane critica duramente a falta de devolutivas sobre reuniões anteriores, mencionando pautas como o projeto POT e a função de Mãe Guardiã. Denuncia o que chama de instrumentalização da imagem da população de rua pelo poder público e por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), afirmando que as falas dos vulneráveis são usadas sem gerar benefícios reais à ponta. Solicita formalmente que a ata registre o pedido de comparecimento do Secretário Municipal de Habitação ao comitê, argumentando que as soluções atuais, como a Vila Reencontro, são temporárias e não oferecem uma "boia de salvação" definitiva, resultando no retrocesso das famílias para situações de acolhimento precário. Por fim, inscreve-se na Comissão Eleitoral, justificando a necessidade de fiscalizar o processo para evitar "falcatruas" e irregularidades que, segundo ela, ocorreram em pleitos anteriores, prejudicando a representatividade da população em vulnerabilidade.

Beatriz Clemente – A conselheira inicia sua fala saudando os presentes e informando que se aterá às pautas do dia, especificamente à aprovação da ata ordinária e às eleições para o próximo colegiado. Manifesta-se de forma enfática sobre a necessidade de os delegados, conselheiros e lideranças de movimentos terem um comprometimento real com os direitos da população em situação de rua, deixando de lado o que classificou como "achismo". Beatriz faz um apelo urgente pela construção de uma "cultura de paz" dentro do comitê, denunciando o clima de agressividade que descreveu como uma "guerra estranha" de rua contra rua. Segundo a conselheira, a atual dinâmica de ataques e agressões mútuas impede que o comitê cumpra sua função principal de ajudar quem está na calçada e dar encaminhamento às pautas necessárias. Para embasar seu pedido, faz a leitura do conceito filosófico de ética, ressaltando que o comportamento humano deve ser orientado por princípios, normas e valores. Conclui solicitando menos foco em egos, vaidades ou questões do passado e

mais respeito e compromisso com o debate legislativo e a garantia de direitos e moradia para o futuro da população em situação de rua.

Darcy da Silva Costa – O conselheiro inicia sua fala reforçando a importância do momento de transição, uma vez que o comitê está organizando a eleição para o próximo mandato. Ressalta que, embora o colegiado esteja finalizando um ciclo, a cidade de São Paulo ainda falha em apresentar um plano de habitação e moradia que seja efetivo e definitivo para a população em situação de rua. Defende a legitimidade da voz de quem vive na rua e afirma que o comitê deve ser o espaço central para essa representatividade. Durante sua fala, Darci também se posiciona contra qualquer forma de violência ou desrespeito ocorrido no plenário, concordando com a necessidade de manter a ordem para que as demandas da população não sejam abafadas por conflitos internos. Finaliza reiterando que o foco deve ser a fiscalização das políticas públicas e a garantia de que as vozes da calçada sejam ouvidas pelos gestores presentes.

André Aio – O conselheiro André Aio, compondo a mesa de trabalhos, inicia sua fala com foco na organização administrativa e na necessidade de celeridade nas deliberações do comitê. Ele reforça a importância de se estabelecerem critérios claros para a nova Comissão Eleitoral, pontuando que a transparência é o único caminho para evitar os conflitos de legitimidade que têm marcado as últimas reuniões. André demonstra preocupação com a fluidez dos debates, intervindo pontualmente para sugerir que as falas se mantenham restritas à pauta do dia — aprovação da ata e cronograma eleitoral — para evitar que o tempo da reunião se esgote sem encaminhamentos práticos. Em diversos momentos, atua como mediador, buscando equilibrar as tensões entre os conselheiros da sociedade civil e os representantes do governo, defendendo que o comitê recupere sua função de espaço de construção de política pública. Conclui sua participação validando a necessidade de as secretarias municipais apresentarem respostas técnicas às denúncias de infraestrutura nos serviços de acolhimento, mas insiste que isso deve ser feito de forma organizada e protocolar para garantir o caráter oficial das decisões tomadas pelo colegiado.

Sheila Marcolino (Centro Gaspar Garcia) - A conselheira Sheila manifesta-se pontuando questões de ordem técnica e administrativa sobre o funcionamento do comitê. Questiona a transparência no processo de divulgação dos critérios para a nova Comissão Eleitoral, afirmando que a falta de informação antecipada pode impedir que pessoas capacitadas se candidatem. Além disso, cobra de forma incisiva as devolutivas sobre a visita realizada à unidade Morada São João, lembrando que houve um compromisso de resposta por parte da SMADS que ainda não foi plenamente satisfeito. Sheila defende que o comitê não pode ser apenas um espaço de escuta passiva, mas um órgão que exige respostas concretas do poder público sobre as denúncias de violações de direitos nos serviços de acolhimento.

Mary Luciana (Representante da SMADS) – A representante inicia sua fala solicitando a compreensão de todos para a complexidade das demandas apresentadas, destacando que muitas vezes o tempo da plenária é insuficiente para oferecer devolutivas detalhadas sobre todos os casos. Em resposta direta aos questionamentos de José França e Gisele Abreu, Mary solicita formalmente os números de portarias e instruções normativas citados para que a Secretaria possa realizar uma averiguação interna precisa. Sobre a rede de acolhimento, ela aborda as denúncias de violação de direitos, especificamente sobre alimentação e tratamento de saúde em hotéis sociais, ressaltando que a identificação nominal dos equipamentos é indispensável para que a pasta possa fiscalizar e punir eventuais irregularidades. Quanto à Vila Reencontro e aos novos serviços inaugurados, Mary defende que equipamentos recém-implantados podem passar por períodos de ajuste e solicita paciência em relação à falta pontual de mobiliário ou utensílios, afirmando que a prefeitura investe valores significativos na manutenção desses locais. Em relação às solicitações individuais de vaga e auxílios, explica que o atendimento da assistência social deve ser humanizado e considerar o processo histórico de cada indivíduo, não podendo ser tratado apenas como uma análise de dados frios. Finaliza colocando-se à disposição para dialogar individualmente com os conselheiros após a reunião para coletar dados específicos de denúncias que não foram detalhadas em público, visando dar andamento aos processos de fiscalização da supervisão de parcerias.

Daniela Cássia - NDS - representante do Núcleo de Direito à Saúde (NDS), apresentou as devolutivas referentes às denúncias registradas na reunião ordinária de fevereiro, respondendo aos questionamentos levantados em plenária. No que tange à infraestrutura das unidades de acolhimento, a conselheira prestou esclarecimentos sobre a utilização de mobiliário (mesas e cadeiras) em espaços de uso coletivo e nas unidades de moradia transitória. Ressaltou, especificamente sobre as reclamações direcionadas à **Vila Reencontro**, a necessidade de compreender que o equipamento se encontra em fase de consolidação por ser recém-inaugurado, o que demanda ajustes graduais na prestação dos serviços. Por fim, a conselheira abordou um caso crítico de violação de direitos envolvendo um indivíduo maior de idade e uma menor de idade. Daniela enfatizou que a atuação do comitê e dos órgãos de fiscalização pauta-se estritamente pelas diretrizes do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, reafirmando que a prioridade absoluta da rede de proteção é resguardar a integridade e os direitos da pessoa menor de idade envolvida no episódio.

Mabel (Associação Evangélica Beneficente) – Representando a sociedade civil, Mabel foca sua intervenção na necessidade de atualização e clareza sobre os serviços de assistência social. Demonstra preocupação com a rotatividade e a falta de continuidade em projetos fundamentais para a população de rua. Reforça o pedido por dados atualizados sobre o Auxílio Reencontro e questiona a eficácia da rede de proteção frente ao aumento da demanda nas ruas. Sua fala destaca a

importância de que as instituições parceiras e o poder público trabalhem em sintonia para evitar que o atendimento seja apenas emergencial, lutando por políticas que promovam a autonomia dos usuários.

Michelle Andreazi – A conselheira inicia sua manifestação ressaltando o caráter voluntário de sua participação e reafirmando que seu objetivo central é reivindicar o direito de cada ser humano em situação de rua, condição de vulnerabilidade que ela própria vivência. Questiona a falta de união entre a população de rua, argumentando que a organização coletiva é fundamental para que as reuniões do comitê produzam resultados melhores. Relata dificuldades pessoais no acesso à saúde pública, mencionando ter sido impedida de realizar exames de ultrassom e apontando que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão sobrecarregadas. Michelle estende sua crítica à rede de acolhimento, afirmando que os equipamentos socioassistenciais sofrem com a falta crônica de insumos e infraestrutura básica, relatando inclusive sua experiência em serviços voltados ao atendimento de violência doméstica. Em um depoimento pessoal, menciona ser autista (nível 1 de suporte) e expressa preocupação com sua gestação de nove meses e o futuro de sua filha. No campo da segurança pública, traz uma denúncia grave sobre a abordagem policial ocorrida na última madrugada, relatando o uso de spray de pimenta e armamento de borracha contra pessoas vulneráveis. Questiona a desumanização dessas vítimas pela estatística oficial e finaliza sua fala propondo uma reflexão sobre a solidariedade e a necessidade de paz: defende que a qualidade da alimentação, o acesso à saúde e a dignidade do espaço físico devem ser pautas comuns. Encerra afirmando que não está no comitê para disputar espaços de poder, mas para "disputar direitos humanos" e garantir que a dignidade de cada indivíduo seja preservada.

Robson Mendonça – O conselheiro inicia sua intervenção exigindo a atenção do poder público e direciona uma crítica específica à ausência da Secretária Municipal de Direitos Humanos, afirmando que a titular da pasta precisa dar ouvidos e respeitar a voz da rua. Robson classifica como lamentável a justificativa de que equipamentos novos não possuem suporte completo para funcionar, defendendo que a prefeitura só deve inaugurar serviços quando estes estiverem plenamente estruturados e equipados. Em relação à SMADS, faz uma denúncia contundente sobre relatos de que Centros POP estariam recebendo ordens para não acolher Pessoas com Deficiência (PCD), classificando tal prática como inaceitável e desumana. Ele reforça que o Comitê Pop Rua deve cumprir seu papel institucional e que os conselheiros eleitos têm o dever ético de representar os interesses coletivos da população de rua, e não interesses individuais. Ressalta que, embora o comitê não possua caráter deliberativo, detém um importante poder fiscalizador que deve ser exercido com rigor. Finaliza convocando a população a cobrar seus direitos de forma organizada, afirmando que ocupar os assentos do conselho exige o compromisso real de apresentar e defender a

dignidade de quem vive na calçada.

Lora Matoso - Inicia sua fala saudando os presentes e expressando satisfação com o retorno de Robson Mendonça ao comitê após um período difícil. Em seguida, presta um agradecimento público à assessora parlamentar Júlia Lima, destacando-a como a única assessora que acompanha o comitê desde o início e que oferece suporte contínuo, apesar de muitas vezes não receber o devido respeito no plenário. Lara direciona sua fala para a crítica ao projeto PODE ENTRAR, afirmando que o modelo, da forma como vem sendo executado, não é justo com a população de rua. Ela denuncia que as exigências financeiras do condomínio de R\$380,00, ela sendo carroceira, fora outras contas e ainda destaca sobre a escritura que não está no nome dela e de manutenção para quem acessa esses equipamentos são incompatíveis com a realidade de quem vive na extrema pobreza. Reforça que a política pública habitacional precisa de um olhar mais humano e menos burocrático, alertando que a falta de suporte real após a entrada no projeto pode levar as famílias de volta à situação de rua. Conclui cobrando que os demais 50 parlamentares da cidade também se façam presentes e atuantes nas pautas do comitê, dividindo a responsabilidade de fiscalizar as condições de vida da população em vulnerabilidade.

Jezabel – Residente no equipamento **Vila Reencontro Armênia 2**, utilizou seu tempo de fala para formalizar uma denúncia de grave insegurança e ameaças à integridade física de sua família. A acolhida relatou que vem sofrendo ameaças diretas, inclusive com o uso de arma branca (faca), por parte de outra família de nacionalidade venezuelana residente no mesmo local. A munícipe destacou a vulnerabilidade dos acolhidos devido à **ausência de sistemas de videomonitoramento (câmeras)** nas áreas comuns do equipamento, o que dificulta a produção de provas sobre as constantes provocações e agressões sofridas. Jezabel enfatizou que sua família possui perfil de autonomia — com o cônjuge inserido no mercado de trabalho e filhos menores de idade — e que o atual conflito coloca em risco o processo de estabilização e saída da situação de rua. Diante do exposto, a conselheira solicitou uma resolução imediata por parte da coordenação do serviço e da **SMADS**, alertando que a permanência no local sem a devida mediação de conflitos ou remanejamento coloca em risco a vida de seus dependentes e a manutenção do núcleo familiar.

Daysi, também acolhida na unidade, manifestou-se em apoio ao relato anterior, corroborando a situação de insegurança no equipamento. A munícipe destacou que o ambiente de conflito tem gerado transtornos severos, especialmente em momentos de visita familiar, citando o impacto emocional e o risco à integridade de seu filho durante as visitas. Reforçou que a convivência no local se tornou insustentável devido às ameaças recorrentes mencionadas por Jezabel. Retomando a palavra, Jezabel prestou esclarecimentos sobre os procedimentos já adotados por ela na busca por uma solução. Informou ao colegiado que já

formalizou a denúncia perante o **Ministério Público** e buscou auxílio junto à rede de proteção (Casa da Mulher Brasileira), visando resguardar seus direitos. No entanto, enfatizou que, embora tenha buscado os órgãos externos, a resolutividade do conflito no cotidiano do acolhimento depende de uma postura ativa e eficaz da **gerência da unidade**, a quem cabe a responsabilidade direta pela mediação e pela garantia da segurança interna.

Jennerfelly- iniciou sua manifestação questionando a gestão das vagas nas unidades da **Vila Reencontro**. A munícipe classificou como inadmissível a existência de módulos habitacionais vazios enquanto famílias, incluindo mães com filhos diagnosticados com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, permanecem em situação de rua aguardando acolhimento. Em relação às normas de convivência, a acolhida expressou indignação com a proibição de oferecer alimentação às visitas, tratando a medida como uma restrição severa à hospitalidade e aos vínculos familiares. Adicionalmente, denunciou a **carência de vagas em unidades escolares** para as crianças residentes, pontuando que estas são demandas básicas que deveriam ser articuladas e resolvidas pela própria gestão da Vila Reencontro de forma interna e eficiente. A participante também manifestou repúdio ao que chamou de descaso com a população imigrante, especificamente as famílias venezuelanas, relatando episódios de violência grave, como ameaças com arma branca (faca) dentro do equipamento. Por fim, questionou a falta de transparência sobre a disponibilidade de vagas frente à ociosidade de módulos físicos e, em tom de encerramento, agradeceu a oportunidade de ter participado das atividades culturais (bloquinho) na Vila Reencontro Armênia 2, apesar das críticas estruturais apresentadas.

Iara Vieira – iniciou sua manifestação apresentando um relato pessoal sobre sua precária condição de saúde, destacando um problema grave em sua perna que demanda cuidados urgentes. A munícipe ressaltou que, apesar de sua fragilidade física, permanece em situação de rua, o que agrava seu quadro clínico, e reiterou o pedido de auxílio imediato para sua situação. Durante sua fala, Iara solicitou a formalização de um pedido de desculpas a Lucas Amaral (representante da **SMADS**), referindo-se a episódios anteriores. No entanto, apresentou uma denúncia de descumprimento de promessa institucional: relatou que, após a última reunião ordinária, foi realizada uma abordagem na Praça da Patriarca onde lhe foi garantido, pela Dra. Eliana Gomes, que uma vaga de acolhimento seria viabilizada na semana seguinte. A participante destacou com indignação que já se passou mais de um mês desde o compromisso assumido e, até o momento, continua sem o devido encaminhamento. Finalizando sua intervenção, Iara mencionou as atividades no **Chá do Padre**, equipamento que frequenta regularmente. Falando em representação da população de mulheres trans, solicitou que as palestras e atividades de orientação voltadas a esse público sejam conduzidas especificamente pela técnica Paula, justificando que o grupo se sente mais acolhido e representado por essa condução.

Delíssa Maria dos Santos – Informa que o tema dela é de saúde e que posto de saúde não tem vagas para exames e quando tem é para daqui 5 meses e mesmo quando tem não há vaga de retorno e essa é a reclamação dela e informa que também é sobre a mortalidade de mulheres e que o poder público não faz nada para ajudar.

Andressa – A participante inicia sua manifestação apresentando uma denúncia sobre a precariedade e a falta de transparência na gestão das vagas dos equipamentos de acolhimento, especificamente em relação à **Vila Reencontro**. Andressa questiona o motivo de haver módulos habitacionais vazios e prontos para uso enquanto muitas famílias permanecem em situação de rua ou em centros de acolhida superlotados. Ela relata que há um sentimento de "descaso" e "falta de humanidade" por parte da gestão, que impõe critérios burocráticos excessivos para o acesso a esses espaços. A munícipe também aborda a questão da segurança e da convivência interna, corroborando relatos anteriores de violência. Ela destaca que a falta de uma mediação de conflitos eficiente transforma o ambiente de acolhimento em um local de constante tensão, o que prejudica a saúde mental das mulheres e o desenvolvimento das crianças. Andressa critica a postura de algumas gerências que, segundo ela, ignoram as queixas dos conviventes e não garantem um ambiente protegido contra agressões. Prosseguindo em sua fala, a participante exige que o **Comitê Pop Rua** e a **SMADS** realizem uma fiscalização rigorosa "na ponta", ou seja, dentro das unidades, para verificar a veracidade das informações passadas pelos relatórios oficiais. Ela finaliza pontuando que a alimentação servida em determinados horários é insuficiente e que o direito à moradia digna não pode ser substituído por um sistema de abrigamento paliativo e sem perspectivas de saída real para a autonomia das famílias.

Vitória – Iniciou a sua manifestação abordando a importância do **POT (Programa Operação Trabalho)** e a necessidade premente de oportunidades reais de emprego para a população acolhida. A munícipe enfatizou que o desejo das pessoas em situação de rua é conquistar autonomia através de um **trabalho digno**, para que possam adquirir os seus próprios pertences e reconstruir as suas vidas com independência. Relatou que realizou a sua inscrição no programa, porém a vaga nunca foi viabilizada, sentindo-se **impedida de trabalhar** devido à morosidade nos processos de contratação da prefeitura. Com firmeza, questionou o colegiado e a **SMADS**: "*Cadê a vaga?*", ressaltando que tem dois filhos pequenos sob a sua responsabilidade e que a indefinição quanto ao trabalho impede a estabilidade da sua família. Vitória manifestou o exaustivo desgaste de ser transferida repetidamente entre equipamentos de acolhida, afirmando categoricamente que **não deseja mais "passar de abrigo em abrigo"**. Como demanda prioritária, exigiu a garantia de **vagas em escolas** para os seus filhos, pontuando que a educação das crianças e o emprego da mãe são os pilares fundamentais para que a sua família consiga, finalmente, sair da rede de

assistência e alcançar a moradia definitiva.

Após a fala de Vitória uma munícipe - não inscrita – A participante inicia sua intervenção esclarecendo que está utilizando o tempo de fala de outra pessoa, pois não conseguiu se inscrever devido à desorganização na fila. Ela se identifica como mãe e relata ter sido vítima de violência doméstica, motivo pelo qual precisou sair de sua residência de forma sigilosa para proteger a si e aos seus quatro filhos menores de idade. A principal reivindicação apresentada é a **inclusão de seu filho mais velho** (maior de idade) no sistema de acolhimento junto ao seu núcleo familiar ou em local próximo. Ela denuncia que o filho está atualmente em situação de extrema instabilidade, abrigando-se de forma precária em casas de diferentes pessoas ("está na casa de um, na casa de outro"), enquanto ela permanece no serviço sigiloso com as outras crianças. Vitória enfatiza que a presença do filho mais velho é uma condição essencial para que ela consiga retomar sua autonomia financeira e profissional. Ela informa que é **manicure e cabeleireira**, mas que se sente impedida de trabalhar ou de frequentar cursos de capacitação porque não tem com quem deixar os filhos menores. A participante faz um apelo direto à coordenação e aos representantes da **SMADS** para que seja feita a inclusão e o remanejamento do jovem, permitindo que ele auxilie no cuidado das crianças enquanto ela trabalha para prover o sustento da família e busca sua reinserção social.

Daniele Silva Santana - iniciou sua manifestação informando que é convivente do equipamento **CIATE 2**. Relatou a grave situação de seu marido, que possui deficiência visual e está com uma cirurgia de retina agendada para o mês de março. A munícipe denunciou a total **falta de acessibilidade** na unidade atual, o que coloca em risco a recuperação e a integridade física do companheiro. Daniele apresentou uma queixa formal contra o atendimento da equipe técnica, relatando que a assistente social responsável afirmou que não buscaria vagas adequadas para o perfil do casal. Segundo a munícipe, a orientação recebida foi de que a **NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social)** seria o órgão encarregado dessa busca, o que ela classificou como uma informação sem sentido e inexistente no fluxo de atendimento que lhe foi apresentado anteriormente. Com indignação, a participante questionou a ausência de suporte efetivo dos **Direitos Humanos** e da **Defensoria Pública** no caso, afirmando que busca apenas o cumprimento de um direito básico: uma vaga com acessibilidade garantida. Daniele finalizou sua fala perguntando diretamente ao colegiado: "*Quem irá me ajudar agora?*". Mary ao final da fala de Daniele pediu seus dados para dar os devidos encaminhamentos.

José destaca que denúncias individuais serão encaminhadas e entrarão em contato com o número da ficha de contato.

Ingrid – Iniciou sua manifestação apresentando um relato contundente sobre a

situação de vulnerabilidade extrema e a falta de proteção efetiva para famílias com crianças no sistema de acolhimento. A participante trouxe uma denúncia grave sobre a retirada de seus três filhos pelo Estado, afirmando que a entrega das crianças ocorreu após ela realizar denúncias de irregularidades e que, em sua visão, houve uma retaliação por sua postura crítica. Ingrid afirmou que entregou três filhos vivos para o Estado e exige que eles permaneçam seguros, questionando os critérios de acolhimento institucional que, segundo ela, foram aplicados de forma punitiva contra sua família. Relatou, ainda, que existem unidades de SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), citando especificamente a região de São Mateus, onde a alimentação é precária; segundo a munícipe, em algumas unidades é ofertado apenas o almoço, e as crianças só jantam se houver sobra da refeição anterior. Criticou severamente a SMADS pela ausência de fiscalização rigorosa nesses equipamentos, afirmando que crianças estão em situação de risco nutricional e social sob a guarda do próprio município. Finalizou sua intervenção exigindo providências imediatas do Comitê Pop Rua e dos órgãos de controle, como o Conselho Tutelar e a Defensoria Pública, para que as denúncias de maus-tratos e má alimentação nos SAICAs citados sejam apuradas com urgência.

Julia Lima – Iniciou sua intervenção apresentando uma série de sugestões de encaminhamentos práticos para o Comitê Pop Rua, com base nas denúncias e relatos ouvidos durante a plenária. Ela propôs que o Comitê envie ofícios formais a todas as secretarias municipais que estiveram ausentes na reunião, reforçando que a falta de representação do governo prejudica o diálogo e a resolução das demandas apresentadas. Destacou a necessidade urgente de convocar o **Subcomitê de Denúncias**, conforme previsto no regimento interno, ressaltando que este órgão conta com a presença da Ouvidoria para garantir que os relatos de abusos e irregularidades não se percam e tenham um trâmite oficial. Prosseguindo em suas propostas para a próxima reunião ordinária, solicitou que a **SMADS** apresente uma devolutiva detalhada sobre a atualização do **Auxílio Reencontro** e sobre a abertura de novos serviços de acolhimento, conforme demandado anteriormente. Requereu também que a **SMDet** preste esclarecimentos sobre o programa **POT** e o cumprimento das cotas mínimas de contratação de pessoas em situação de rua pela Prefeitura, conforme a legislação municipal vigente. Além disso, demandou que a **SEAB** apresente um retorno sobre as políticas habitacionais específicas para a população de rua. Julia também solicitou à **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)** o cronograma e as regras atualizadas para as próximas eleições do Comitê, bem como a apresentação do relatório da **Operação Baixas Temperaturas de 2025**, para que o colegiado possa analisar os dados e propor melhorias para a operação de 2026. Por fim, cobrou a apresentação do relatório anual de atividades do Comitê, conforme exigido pelo regimento, e colocou as propostas para deliberação dos membros presentes, que concordaram com os encaminhamentos citados.

Sendo o que tinha para o momento a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Encaminhar ofício às secretarias ausentes na reunião, reforçando a importância da participação nas próximas reuniões do Comitê.	SMDHC/CPPRS	Até 01/04/2026
02	Convocar a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) para participação em reunião do Comitê, com apresentação das políticas e programas habitacionais voltados à população em situação de rua.	SMDHC/CPPRS	Até 01/04/2026
03	Apresentar informe sobre a atualização do Auxílio Reencontro e sobre a abertura de novos serviços voltados à população em situação de rua.	SMADS	Até 01/04/2026
04	Apresentar informe sobre o Programa Operação Trabalho (POT) , incluindo informações sobre inscrições e pagamentos , bem como atualização acerca da cota mínima de contratação de pessoas em situação de rua nos contratos da Prefeitura .	SMDDET	Até 01/04/2026
05	Apresentar as regras e o cronograma do processo eleitoral do Comitê .	SMDHC/CPPRS	Até 01/04/2026
06	Apresentar o Relatório da OBT 2025 .	SMDHC/CPPRS	Até 01/04/2026

07	Apresentar o Relatório Anual de Atividades do Comitê , conforme previsto no Art. 20 do Regimento Interno.	SMDHC / CPPRS	Até 01/04/2026
08	Realizar os encaminhamentos necessários para a constituição da Comissão Eleitoral do Comitê .	SMDHC / CPPRS	Até 01/04/2026
09	Convocar reunião do Subcomitê de Denúncias .	SMDHC / CPPRS	Até 01/04/2026

[Lista de presença](#)